

Processo de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI IFSul 2020-2024

1. Introdução

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES) no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. O PDI busca apresentar um caminho a ser seguido pela Instituição, de forma a cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos, vislumbrando um horizonte de cinco anos.

O atual PDI do IFSul foi elaborado entre 2013 e 2014 e aprovado pela Resolução nº 68/2014 do Conselho Superior, de 29 de agosto de 2014, e sua vigência abrange o quinquênio 2014-2019. Com a proximidade do fim da sua vigência, faz-se necessário começar as discussões de um novo PDI para o IFSul.

Entre os diversos dispositivos legais que regulamentam e orientam a sua elaboração, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, traz como imprescindível ao processo de credenciamento e credenciamento das IES a apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional, definindo, ainda, uma estrutura mínima que deverá ser observada na elaboração do documento.

Outrossim, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, estabelece que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente, a missão e o plano de desenvolvimento institucional.

A base legal existente define quais eixos temáticos deverão estar presentes, como forma de garantir o atendimento aos requisitos dos processos de credenciamento e avaliação. Entretanto, segundo o próprio Ministério da Educação, a construção do PDI deverá se fazer de forma livre, para que a Instituição exercite sua criatividade e liberdade no processo de sua elaboração, explicitando o modo pelo qual o documento foi construído e a interferência que exercerá sobre a dinâmica da Instituição, tendo como pressuposto o atendimento ao conjunto de normas vigentes.

Para além do atendimento da legislação, faz-se necessário refletir, discutir e elaborar o PDI como um instrumento de gestão estratégica, que possibilite o desenvolvimento e a integração do planejamento institucional em todas as suas dimensões.

É imprescindível, na elaboração do PDI, considerar como princípios a clareza e a objetividade do texto, bem como a coerência, de forma a expressar a adequação entre todos os seus elementos, e a factibilidade, de forma a demonstrar a viabilidade do seu cumprimento integral.

2. Estruturação dos Capítulos do PDI

Buscando atender o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, e estabelece o conteúdo mínimo do PDI, foram definidos os capítulos do PDI 2020-2024, bem como a Comissão responsável pela sua elaboração, os participantes do processo e a instância de apreciação, conforme segue:

Capítulo	Responsável pela elaboração	Condutor do processo de discussão	Instância de Apreciação
1. Perfil Institucional	Comissão Temática	Comissão específica	Comissão Central
2. Planejamento Estratégico	Comissão Temática	Comissão específica	Comissão Central
3. Projeto Pedagógico Institucional	Comissão Temática	Comissão específica	CONSUP
4. Organização Didático-pedagógica	Comissão Temática	Comissão específica	CONSUP
5. Atendimento aos Discentes	Comissão Temática	Comissão Local	Comissão Central
6. Educação a Distância	Comissão Temática	Comissão Local	Comissão Central
7. Plano de Oferta de Vagas e de Cursos	Comissão Temática	Comissão Local	Comissão Central
8. Infraestrutura	Comissão Temática	Comissão Local	Comissão Central
9. Gestão de Pessoas	Comissão Temática	Comissão Local	Comissão Central
10. Organização Administrativa	Comissão Temática	Comissão Local	Comissão Central
11. Capacidade e Sustentabilidade Financeira	Comissão Temática	Comissão Local	Comissão Central
12. Acompanhamento e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional	Comissão Temática	Comissão Local	Comissão Central

Os capítulos referentes ao Projeto Pedagógico Institucional e à Organização Didática Pedagógica serão encaminhados para a apreciação do Conselho Superior antes da apreciação do documento final, conforme disposto no Regulamento do Conselho Superior.

Para elaboração dos capítulos, é imprescindível que as comissões observem os seguintes elementos previstos no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017:

Art. 21. Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição, que conterá, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação a distância;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso;

VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:

a) com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e

3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância, especificadas:

a) sua abrangência geográfica;

b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;

d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e

e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

3. Diretoria de Desenvolvimento Institucional

- A Diretoria de Desenvolvimento Institucional e a Coordenadoria de Gestão Estratégica serão responsáveis por:
 - pesquisar a legislação e orientações existentes, produzindo um documento com uma proposta de metodologia para a elaboração do novo PDI;
 - levar à apreciação do Colégio de Dirigentes e posterior aprovação do Conselho Superior a proposta de metodologia de elaboração do PDI;
 - realizar diagnóstico do PDI vigente;
 - auxiliar na constituição das comissões de trabalho;
 - levar à apreciação do Colégio de Dirigentes e posterior aprovação do Conselho Superior o novo PDI; e
 - providenciar, junto à Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), a diagramação do documento e sua publicação.

4. Comissões

Considerando a importância do documento, além dos diversos assuntos a serem tratados em sua elaboração, relativos a diferentes áreas da instituição, propõem-se a divisão do trabalho entre algumas áreas da instituição e algumas comissões a serem constituídas, da seguinte forma:

- Comissão Central
- Comissões Locais
- Comissão Operacional
- Comissões Temáticas:
 - Perfil Institucional e Planejamento Estratégico;
 - Projeto Pedagógico Institucional e Organização Didático-pedagógica;
 - Atendimento aos Discentes;
 - Educação a Distância;
 - Plano de Oferta de Vagas e de Cursos;

- Infraestrutura;
- Gestão de Pessoas e Organização Administrativa;
- Capacidade e Sustentabilidade Financeira; e
- Acompanhamento e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional.

4.1. Atribuições das comissões

- A Comissão Central será responsável por:
 - detalhar o plano de trabalho e a metodologia propostos;
 - trabalhar junto à Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) para lançamento de site e marca específica para divulgação do processo de construção do PDI;
 - promover eventos de sensibilização com a comunidade (palestra, seminário);
 - promover a discussão do documento com toda a comunidade; e
 - finalizar o documento, reunindo os textos discutidos separadamente.
- As Comissões Locais serão responsáveis por:
 - divulgar o processo de construção do documento para toda a comunidade acadêmica;
 - viabilizar as atividades e eventos do PDI;
 - apoiar as comissões temáticas e central, na discussão das propostas demandadas por estas; e
 - auxiliar a comissão operacional nos levantamentos de dados que forem solicitados.
- A Comissão Operacional será responsável por:
 - auxiliar as comissões temáticas e central na execução dos seus trabalhos; e
 - dar suporte à formatação de documentos e revisão de texto;
 - realizar o levantamento de dados necessários à elaboração das propostas; e
 - realizar o acompanhamento das etapas do processo descritas no plano de trabalho.
- As Comissões Temáticas serão responsáveis por:
 - articular discussões temáticas;
 - promover eventos;
 - propor conteúdos para elaboração das minutas parciais do PDI;
 - submeter à apreciação da comunidade os conteúdos elaborados; e
 - sistematizar proposições da comunidade advindas de consultas públicas, fóruns, audiências e comissões locais.

4.2. Composição das Comissões

Todas as comissões devem ser instituídas por portaria, ter um presidente indicado e ter prazo para conclusão dos trabalhos.

4.2.1. Comissão Central

- Diretor de Desenvolvimento Institucional – presidente
- 3 Diretores-gerais ou Diretores representantes dos câmpus no Colégio de Dirigentes
- 1 representante da Câmara de Administração
- 1 representante da Câmara de Ensino
- 1 representante da Câmara de Extensão
- 1 representante da Câmara de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
- 3 Representantes do Conselho Superior:
 - 1 discente;
 - 1 docente;
 - 1 técnico-administrativo em educação.

4.2.2. Comissões Locais

A Comissão Local nos câmpus e nos câmpus avançados será composta por, no mínimo, nove membros, com participantes dos três segmentos da comunidade:

- Diretor-geral ou Diretor – presidente
- 2 representantes da gestão
- 2 representantes dos docentes
- 2 representantes dos técnicos-administrativos
- 2 representantes dos discentes

A Comissão Local na reitoria será composta por sete membros, com participação de servidores técnico-administrativos lotados na reitoria e representantes da gestão:

- Representante da Diretoria de Desenvolvimento Institucional – presidente
- 2 representantes da gestão
- 4 representantes dos servidores técnico-administrativos

A composição das comissões operacional e temáticas será estabelecida pela Comissão Central, conforme as respectivas atribuições de maneira a atender as especificidades de cada comissão e o conhecimento dos servidores envolvidos em cada área.

5. Proposta de método de trabalho

Buscando atender o estabelecido no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Plano de Trabalho proposto é dividido em três fases: I) preparação para a elaboração do PDI, II) revisão dos principais documentos que compõe o PDI do IFSul e III) construção do restante do documento, ou o PDI propriamente dito:

<i>Fase</i>	<i>Etapa</i>	<i>Responsável</i>
I	Pesquisa do referencial teórico (legislação e orientações)	CGE
	Pesquisa e avaliação de metodologias de elaboração participativa de PDI	CGE
	Proposta de Plano de Trabalho para elaboração do PDI	CGE/DDI
	Aprovação do Plano de Trabalho pelo Conselho Superior, após apreciação do Colégio de Dirigentes	DDI
	Elaboração de diagnóstico do PDI vigente	CGE
II	Constituição da Comissão Central	DDI
	Detalhamento do Plano de Trabalho, definição da metodologia e constituição das demais comissões	Comissão Central
	Preparação da comunidade acadêmica para a elaboração do PDI	Comissão Central
	Revisão do Projeto Pedagógico Institucional e da Organização Didático-pedagógica	Comissão Temática
	Revisão dos Objetivos e Metas do PDI vigente	Comissão Temática
	Revisão dos demais capítulos do documento	Comissões Temática
III	Aprovação, pelo Conselho Superior, do PPI e da OD revisados	Comissão Temática
	Elaboração de proposta para o Planejamento Estratégico	Comissão Temática
	Elaboração de proposta de texto para os demais capítulos previstos no PDI	Comissão Temática
	Discussão das propostas com a comunidade	Comissão Central/Locais
IV	Elaboração do documento, reunindo os textos discutidos separadamente	Comissão Central
	Aprovação do novo PDI pelo Conselho Superior, após apreciação do Colégio de Dirigentes	DDI
	Publicação do documento	CCS/CGE

6. Documentos norteadores da elaboração do PDI 2020-2024

- Diagnóstico do PDI atual;
- Relatório de indicadores do PDI atual;
- Relatório de autoavaliação institucional;
- Decreto nº 9.235/2017;
- Plano Nacional de Educação;
- Plano de trabalho para elaboração do PDI 2020-2024.

7. Cronograma

- **fase I** – segundo semestre de 2018;
- **fase II** – fevereiro de 2019;
- **fase III** – setembro de 2019;
- **fase IV** – dezembro de 2019.